DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 9631/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/7544/2013
PROTOCOLO	: 1414617
ÓRGÃO	: CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO GOMES
ORDENADOR DE DESPESAS	: ETENIR HONORATO DE OLIVEIRA
CARGO	: EX-PRESIDENTE DA CAMARA
TIPO DE PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO
VALOR	: R$ 57.750,00
RELATOR (A)	: CONS. JERSON DOMINGOS

Em exame o procedimento licitatório (Carta Convite nº 01/2013), do instrumento contratual (Contrato nº 04/2013), do aditamento (1º Termo Aditivo) e da sua execução financeira (**1ª, 2ª e 3ª fases**), celebrado entre o Município de Pedro Gomes e a empresa Denis da Maia ME, tendo como objeto prestação de serviços de locação e cessão de uso de software de contabilidade pública, administração de recursos humanos, protocolo, compras, licitação, almoxarifado e patrimônio, atendendo as necessidades da Câmara Municipal.

A equipe técnica, ao analisar a documentação encaminhada, manifestou-se pela **regularidade** do procedimento licitatório, do instrumento contratual, do aditamento (1º Termo Aditivo) e da sua execução financeira **(1ª, 2ª e 3ª fases),** e que os mesmos estão em consonância com as normas de Licitações e Contratações Públicas e de Direito Financeiro (ANP-3ª ICE-12668/2016), entretanto, a remessa dos documentos foi intempestiva, não atendendo o prazo previsto na Instrução Normativa TC/MS nº 35/2011.

O Representante do Ministério Público de Contas emitiu parecer opinando pela legalidade e regularidade da 1ª, 2ª e 3ª fases, e pela imposição de multa ao responsável, em razão da remessa intempestiva dos documentos a esta Corte de Contas, (Parecer nº 11121/2017).

É o relatório.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o mérito da questão repousa na apreciação do procedimento licitatório – Carta Convite, da formalização contratual e da execução financeira do Contrato, nos termos do artigo 120, incisos I, II e III, e parágrafo 4º do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

Da análise dos autos, verifica-se que o procedimento licitatório na modalidade Carta Convite nº 01/2013 encontra-se regular observada às disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, Lei Federal nº 4.320/64, Instrução Normativa TC/MS nº 035/2011 e com as determinações contidas no Regimento Interno desta Corte de Contas.

Quanto ao Contrato nº 04/2013, do mesmo modo, verifico que foi regularmente celebrado, estando presentes as cláusulas necessárias, previstas nos artigos 54, parágrafo 1º, 55 e 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93 e alterações, visto que existe a qualificação das partes, clareza quanto aos direitos e obrigações das partes, assim como as condições para sua execução.

Na contratação em exame consta o aditamento (1º Termo Aditivo), cujo objeto é acréscimo no valor inicial e prorrogação do prazo por mais 11 meses.

A documentação relativa ao Termo Aditivo se encontra completa e atende as normas estabelecidas no Anexo I, Capítulo III, Seção I, item 1.2.1, letra B, da Instrução Normativa TC/MS nº 35, de 14 de dezembro de 2011.

Cabe ressaltar que a publicação em imprensa oficial foi intempestiva, não atendendo o artigo 61, p**arágrafo único,** da Lei Federal nº 8.666/93 e Instrução Normativa TC/MS nº 35/2011.

Ressalto que Administrador Público tem o dever de **publicar** os documentos dentro do prazo, em conformidade com os ditames normativos que regem este Tribunal de Contas, assim, o descumprimento de prazo apontado deve ser objeto de sanção à autoridade responsável, nos termos dos artigos 44, I e 46 da Lei Complementar nº 160, de 02 de janeiro de 2012.

A execução financeira da contratação ficou claramente demonstrada através das notas de empenho, notas fiscais e comprovantes de pagamento, tudo de acordo com o disposto na Lei n. 4.320/64, ficando assim discriminados:

Especificação	Valor R$
Total de Empenhos	R$ 115.500,00
Total das Notas Fiscais	R$ 115.500,00
Total dos Pagamentos	R$ 115.500,00

No entanto, os documentos referentes à fase de execução financeira do objeto contratado foram remetidos a esta Corte de Contas para análise fora do prazo de até 15 (quinze) dias úteis conforme preceitua a Instrução Normativa TC/MS nº 35/2011.

Com relação aos atrasos apontados, o descumprimento de prazo deve ser objeto de sanção à autoridade responsável, nos termos dos artigos 44, I e 46 da Lei Complementar nº 160, de 02 de janeiro de 2012.

Ante o exposto, considerando a Análise elaborada pela Equipe Técnica da 3ª Inspetoria de Controle Externo, e acolhendo r. Parecer exarado pelo douto Ministério Público de Contas, **DECIDO**:

I – Pela **REGULARIDADE** do procedimento licitatório Carta Convite nº 01/2013, celebrado entre o Município de Pedro Gomes e a empresa Denis da Maia ME, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 120, I, "a", da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

II – pela **REGULARIDADE** da formalização do Contrato nº 04/2013, nos termos do artigo 59 I, da Lei Complementar n. 160/12 c/c artigo 120, II, da Resolução Normativa n. 76/2013;

III – pela **IRREGULARIDADE** da formalização do aditamento (1º Termo Aditivo ao Contrato nº 04/2013), em razão da publicação extemporânea que ocorreu após mais de 02 anos da sua assinatura, caracterizando inobservância aos preceitos legais que regem a matéria;

IV – pela **REGULARIDADE** da execução financeira contratual, nos termos do art. 59, I da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 120, III da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013;

V - pela aplicação de **MULTA** equivalente a 30 (trinta) UFERMS ao Sr. Etenir Honorato de Oliveira, Ex-Presidente da Câmara, portador do CPF nº 403.712.801-25, por infração à prescrição legal e regulamentar, nos termos do art. 44, I e art. 46 da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o Artigo 170, §1º, inciso I, alínea "a" da Resolução Normativa TC/MS n.º 076/2013, pela remessa intempestiva dos documentos da execução do contrato;

VI - pela aplicação de **MULTA** equivalente a 30 (trinta) UFERMS ao Sr. Etenir Honorato de Oliveira, Ex-Presidente da Câmara, portador do CPF nº 403.712.801-25, por infração à prescrição legal e regulamentar, nos termos do art. 44, I e art. 46 da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o Artigo 170, inciso I, da Resolução Normativa TC/MS n.º 076/2013, pela publicação intempestiva do termo aditivo;

VII - pela **CONCESSÃO** do prazo de 60 (sessenta) dias para que os(s) responsáveis(s) acima citados recolha(m) o valor referente à multa junto ao FUNTC, comprovando nos autos no mesmo prazo, conforme o estabelecido no § 1º, incisos I e II do artigo 172 da Resolução Normativa TC/MS n.º 076/2013;

VIII – pela **COMUNICAÇÃO** do resultado do julgamento aos interessados, nos termos do art. 50 da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 70, §2º, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

Campo Grande/MS, 21 de agosto de 2017.

Jerson Domingos
Conselheiro Relator

GDH